

Gravatá/PE, 12 de abril de 2023

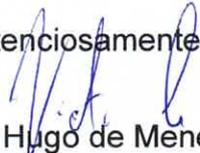
Ofício CPL/PMG nº77/2023

Senhor Procurador,

Através do presente, encaminhamos a essa Procuradoria para o devido parecer jurídico, o Edital e seus anexos, referente ao Processo Licitatório nº083/2023, Pregão Eletrônico nº035/2023, cujo objeto trata do Registro de Preços, com validade de 12 (doze) meses, para Contratação de Empresa Especializada para prestação de serviços de controle de vetores e pragas urbanas, compreendendo dedetização (desinsetização, descupinização, desratização), desalojamento de morcegos e pombos, controle de abelhas, vespas e marimbondos, de acordo com as normas técnicas e ambientais vigentes, a serem executados nas dependências das Unidades Escolares e Pedagógicas pertencentes à Rede Municipal de Educação de Gravatá, conforme especificações e quantidades constantes do termo de referência, ANEXO I, do Edital, em conformidade da Lei Federal nº8.666/93 e suas alterações.

Sem mais no momento, reiteramos nossos votos de consideração e apreço.

Atenciosamente,


Victor Hugo de Menezes
Presidente da CPL/PMG

Ilmo. Sr.
Dr. BRASÍLIO ANTONIO GUERRA
Procurador Geral do Município de Gravatá
Procuradoria Geral do Município
Prefeitura Municipal de Gravatá
GRAVATÁ/PE

PARECER JURÍDICO Nº. 188/2023

PROCURADORIA MUNICIPAL

Interessado(a): Comissão Permanente de Licitação.

Assunto: consulta sobre a possibilidade de abertura de licitação na modalidade pregão eletrônico destinado à CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA DEDETIZAÇÃO – (DESINSETIZAÇÃO, DESCUPINIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO), DESALOJAMENTO DE MORCEGOS E POMBOS, CONTROLE DE ABELHAS, VESPAS E MARIMBONDOS, PARA ATENDER A NECESSIDADE DA SECRETARIS DE EDUCAÇÃO E AS UNIDADES ESCOLARES E PEDAGÓGICAS, PERTENCENTES A RDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE GRAVATÁ/PE, conforme especificações constantes do Termo de Referência.

Natureza: Consulta

Ementa: consulta sobre a possibilidade de abertura de licitação na modalidade pregão eletrônico destinado à contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços para detetização – (desinsetização, descupinização, desratização), desalojamento de morcegos e pombos, controle de abelhas, vespas e marimbondos, para atender a necessidade da secretaris de educação e as unidades escolares e pedagógicas, pertencentes a rede municipal de educação de Gravata/PE, conforme especificações constantes do Termo de Referência. Possibilidade jurídica. Análise da questão à vista dos preceitos contidos na Lei nº 8666/93, Lei 10.520/2002, Decreto Municipal nº 46/2018 e Decreto Federal nº 10.024/2019.

RELATÓRIO

Instada à manifestação desta Procuradoria pela Comissão Permanente de Licitação, nos autos do processo licitatório 083/2023 – pregão eletrônico 035/2023, por meio do ofício CPL/PMG nº 077/2023, referente à consulta sobre a possibilidade de abertura de licitação na modalidade pregão eletrônico destinado à contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços para detetização – (desinsetização, descupinização, desratização), desalojamento de morcegos e pombos, controle de

abelhas, vespas e marimbondos, para atender a necessidade da secretaria de educação e as unidades escolares e pedagógicas, pertencentes a rede municipal de educação de Gravata/PE conforme especificações constantes do Termo de Referência.

É o breve relatório.

Passo a opinar.

FUNDAMENTAÇÃO

A Constituição da República prevê em seu artigo 37, inciso XXI que, salvo exceções previstas em lei, a Administração Pública deve efetuar suas compras mediante processo de licitação, observando, portanto, os princípios da impessoalidade, isonomia, moralidade e da legalidade que norteiam o ente público na condução de suas atividades de eminente interesse público.

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

[...]

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

O caso em tela se refere à contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços para dedetização – (desinsetização, descupinização, desratização), desalojamento de morcegos e pombos, controle de abelhas, vespas e marimbondos, para atender a necessidade da secretaris de educação e as unidades escolares e pedagógicas, pertencentes a rede municipal de educação de Gravata/PE, mediante processo de licitação na modalidade pregão eletrônico, do tipo menor preço por lote, conforme as especificações constantes do Termo de Referência e da minuta do Edital.

O objeto licitado é considerado comum, ou seja, aquele cujo padrão de desempenho e qualidade pode ser objetivamente definido pelo edital e por meio de especificação usual de mercado.

Sendo assim, por se tratar de aquisição de serviço comum, o pregão eletrônico é a modalidade que melhor se adequa ao caso em exame. É o que se infere dos artigos 2º e 4º do Decreto Municipal nº 46/2018, que trata do Pregão Eletrônico no âmbito do Município de Gravata.

Art. 2º O pregão, na forma eletrônica, como modalidade de licitação do tipo menor preço, realizar-se-á quando a disputa pelo fornecimento de bens ou serviços comuns for efetuada à distância em sessão pública, por meio de sistema que promova a comunicação pela internet.

§1º Consideram-se bens e serviços comuns, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

Art. 4º. Para aquisição de bens e serviços comuns será adotada preferencialmente a modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

No mais, insta firmar que a fase preparatória do Pregão deve atender às exigências legais previstas no artigo 9º do Decreto Municipal nº 46/2018.

Art. 9º Na fase preparatória do Pregão, na forma eletrônica, será observado o seguinte:

I- Definição do objeto de forma precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem ou frustrem a competição ou a sua realização;

II- Elaboração do Termo de Referência pelo órgão requisitante, assinado e datado pela autoridade competente devidamente identificada, contendo a indicação do objeto na forma do inciso anterior e todas as demais informações pertinentes e necessárias à elaboração do edital;

III- Apresentação de justificativa da necessidade da aquisição pretendida;

IV- Elaboração do edital, estabelecendo critérios de aceitação das propostas;

V- Definição das exigências de habilitação, das sanções aplicáveis, inclusive no que se refere aos prazos e às condições que, pelas suas particularidades, sejam consideradas relevantes para celebração e execução do contrato e o atendimento das necessidades da administração.

A fase externa do pregão eletrônico, disciplinada nos artigos 16 e seguintes do Decreto Municipal nº 46/2018, bem como no artigo 4º da Lei 10.520/2002, e que compreende as fases da publicação do edital, julgamento e classificação das

propostas, da habilitação, adjudicação e da homologação do certame, foi devidamente contemplada e especificada no edital.

A minuta do edital atende aos preceitos legais insculpidos no artigo 40 da Lei 8666/93.

A minuta do contrato, por seu turno, atende às exigências contidas nos artigos 54 e 55 da Lei 8666/93.

O critério de julgamento adotado tem respaldo legal no artigo 45, §1º, inciso I da Lei 8666/93.

Ressalta-se, ademais, que a estimativa de preços para a contratação corresponde a R\$ 1.149.510,04 (um milhão cento e quarenta e nove mil quinhentos e dez reais), valor obtido em conformidade com a Resolução TC. nº 03/2016 do Tribunal de Contas de Pernambuco, sendo compatíveis com os preços usuais de mercado.

No mais, as despesas decorrentes da contratação possuem dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Poder Executivo Municipal de Gravata/PE cuja unidade orçamentária é a Secretaria de Educação.

De todo o exposto, estando a documentação em consonância com os preceitos legais contidos no Decreto 46/2018 e nas demais legislações aplicáveis ao caso em exame, é juridicamente viável a abertura de licitação na modalidade pregão eletrônico destinado à contratação de pessoa jurídica de prestação de serviços para dedetização – (desinsetização, descupinização, desratização), desalojamento de morcegos e pombos, controle de abelhas, vespas e marimbondos, para atender a necessidade da secretaris de educação e as unidades escolares e pedagógicas, conforme especificações constantes do Termo de Referência..

CONCLUSÃO

Ante o exposto, analisando o objeto da consulta à luz da Lei 8666/93 e Decreto Municipal 46/2018, **opino pela possibilidade de abertura de licitação na modalidade pregão eletrônico destinado à contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços para dedetização – (desinsetização, descupinização, desratização), desalojamento de morcegos e pombos, controle de abelhas, vespas e marimbondos, para atender a necessidade da secretaris de educação e as unidades escolares e pedagógicas, pertencentes a rede municipal de educação de Gravata/PE, conforme especificações constantes do Termo de Referência.**

É o parecer s. m. j.

Gravatá (PE), 17 de abril de 2023.

Júlia Suassuna de Albuquerque Wanderley
Procuradora Municipal



João Bosco Medeiros de Lima
Procurador Municipal



Brasília Antônio Guerra
Procurador Geral do Município